

# Reunião discutirá projeto de lei para fixar teto

*Dentro de dez dias, chefes dos três Poderes e presidente da Câmara definirão propostas para vencimentos do funcionalismo público, que variam do valor atual, R\$ 12,720, até R\$ 20 mil mensais*

MARIÂNGELA GALLUCCI

**B**RÁSILIA – O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Celso de Mello, deve reunir-se num prazo de dez dias com os chefes dos outros dois Poderes e com o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), para discutir um projeto de lei que fixe o teto do funcionalismo público, que será o valor recebido mensalmente pelos integrantes do STF.

Mello disse ontem que o valor recebido atualmente pelos ministros do Supremo que acumulam expediente no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), R\$ 12.720, poderá servir

de base para as discussões. Mas há propostas mais elevadas de teto, que vão até R\$ 20 mil mensais. Ele disse que já conversou com Temer, e também com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e com o presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o assunto na semana passada.

Se nada for decidido em um mês, as pressões dos juízes sobre Mello deverão aumentar. Os juízes estão ávidos pela fixação do teto e o conseqüente reajuste de vencimentos.

O presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Fernando Tourinho Neto, havia dito na segunda-feira que, se em um

mês nada for definido, a entidade poderá entrar com uma ação no STF denominada mandado de injunção contra a omissão dos responsáveis pelo projeto. Tourinho Neto reconhece que esse tipo de ação tem apenas efeito moral.

Mesmo antes das discussões sobre o teto do funcionalismo, a simpatia dos juízes por Mello não era das maiores. Em conversas informais, já era criticado por líderes do Judiciário. Eles comentavam que, antes de entrar para o Judiciário, ele era promotor de carreira. Por isso, não defenderia os interesses dos juízes.

A maioria dos ministros do STF decidiu na quarta-feira que a fixa-

ção do teto do funcionalismo público só pode ser feita por meio de uma lei de iniciativa dos chefes dos três Poderes e do presidente da Câmara e aprovada pelo Congresso.

**Julgamento** – Seguindo essa interpretação, no julgamento de antontem, nove ministros confirmaram

a liminar dada por Octavio Gallotti no início do mês, que suspendeu o reajuste dado aos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e aos juízes federais pelo presidente do STJ e do Conselho da Justiça Federal,

Antônio de Pádua Ribeiro. A maioria dos ministros entendeu que, ao baixar o ato, Pádua Ribeiro agiu além dos seus limites.

**MELLO**  
SEMPRE FOI  
CRITICADO  
POR JUÍZES